

CULTURA

Amazonas: centro multilíngüe

Falam-se 62 línguas no Estado do Amazonas, mas este riquíssimo patrimônio cultural pode-se perder, se não forem tomadas providências urgentes para revalorizá-lo

A diversidade lingüística do Amazonas também precisa ser tratada como um bem de valor cultural e universal, e que merece ser valorizada e mantida.

O levantamento das línguas indígenas brasileiras apresentado por lingüistas do Museu Paraense Emílio Goeldi localizou no Estado do Amazonas 62 línguas, o maior número em relação a outros Estados, sendo seguido pelo Estado do Mato Grosso, que possui 29 línguas. Apesar da relativa quantidade de línguas ainda subsistentes no Amazonas, a sobrevivência destas línguas estará comprometida se não forem tomadas medidas para revalorização e manutenção das mesmas.

No final do século XX, o decréscimo das línguas indígenas, que vem ocorrendo há mais de 500 anos nas Américas, faz parte de um processo mundial de desaparecimento da diversidade lingüística e cultural. O fenômeno da perda lingüística tem afetado as línguas de minorias étnicas sem prestígio cultural e político.

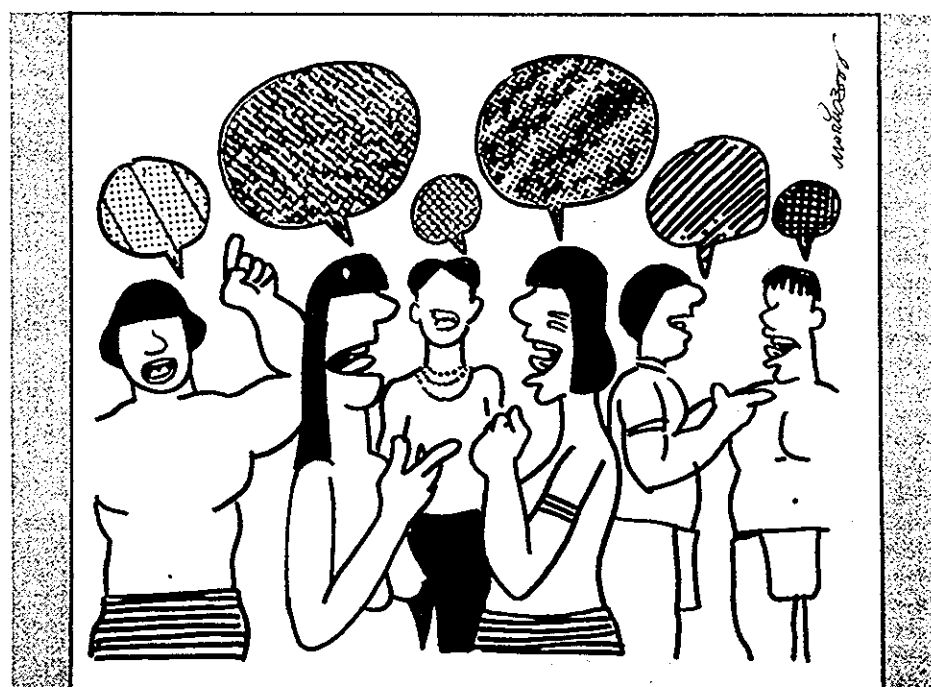
Pouca consciência da perda lingüística

Das línguas faladas hoje no mundo, 80% a 90% pertencem a povos indígenas que, na sua grande maioria, estão submetidos a diferentes processos de dominação, com graus distintos de destruição física e cultural. E no embate pela sobrevivência física, os povos indígenas do Amazonas encontram-se pouco resistentes e conscientes da perda lingüística que os afetam.

Para Rodrigues, "cada língua está intimamente ligada aos processos cognoscitivos e à experiência acumulada pelo povo que a fala através de sucessivas gerações. As descobertas que, elaboradas e reelaboradas pela inteligência ao longo de milênios, formaram o imenso acervo de conhecimentos integrados que é a cultura, têm sua expressão mais ampla e mais precisa na língua que se desenvolveu como parte e como instrumento dessa cultura" (Rodrigues, 1992).

As línguas dos povos indígenas do Amazonas encontram-se em situações diversas de existência e coexistência com outras línguas, notadamente com a língua portuguesa. A realidade lingüística de cada povo tem sido alterada fortemente pelo contato interétnico e pelas pressões externas, que não lhes possibilitam elaborar formas de resistências em curto espaço de tempo.

No Amazonas, há grupos indígenas monolíngües, falantes exclusivos de língua indígena, como os Zuruhã; outros grupos são parcialmente bilíngües, falantes de língua nativa e de português (pouquíssima fluência), como o povo Maku; algumas comunidades são quase totalmente bilín-



gües, falantes de português (com relativa fluência) e de língua nativa, como o povo Sateré-Mawé; e ainda outros grupos são monolíngües em português, como o povo Mura. Há também grupos multilíngües, como os povos do alto Rio Negro.

Mais domínio do português

Todos os grupos indígenas do Amazonas tendem a intensificar suas relações políticas, sociais e comerciais com a sociedade envolvente, o que tem exigido desses grupos um relativo domínio da língua portuguesa, nas mais diversas situações de confronto com a sociedade "branca".

A interação cada vez maior do indígena versus não-indígena é um fato condicionante para que as comunidades indígenas, hoje, reivindicuem o acesso à escola fundamental, lugar oficial de aquisição da língua portuguesa, que gradativamente vai assumindo novos espaços. Por outro lado, a língua nativa passa a ter um campo delimitado de uso e prestígio, que é o meio doméstico, ou seja, de interação familiar.

Línguas indígenas perdem prestígio

O que se tem constatado em estudos sócio-lingüísticos é que há, na maioria dos casos de coexistência de duas ou mais línguas em condições assimétricas, um deslocamento da língua de maior prestígio sobre aquela de menor prestígio.

Um grande número de línguas indígenas do Amazonas está paulatinamente perdendo prestígio dentro de suas comunidades de origem. Parece que elas já não são capazes de

veicular os tradicionais e os novos conhecimentos adquiridos, através dos contatos com outras culturas, principalmente, com a sociedade envolvente. A coexistência de duas ou mais línguas é perfeitamente possível, e não deve ser vista como um fator determinante para o desaparecimento de uma delas. Todas as línguas têm potencialidades estruturais para expressar idéias e coisas do mundo, logo não perdem a capacidade de exprimir novos conceitos.

Os povos indígenas do Amazonas precisam acelerar o processo de revalorização das suas línguas de origem, que não representam apenas um adorno cultural, mas tem a função de marcar a identidade étnica. E cada língua é o código que permite resgatar o conhecimento tradicional, bem como processar novas formas de adaptabilidade.

A perda da língua nativa "contribui fortemente para a desarticulação social e a marginalização e empobrecimento dos povos indígenas" (Rodrigues, 1992).

Para garantir a vida das línguas indígenas é imprescindível que os seus falantes reivindiquem das instituições competentes uma política lingüística e educacional que priorizem a formação de recursos humanos habilitados a trabalharem com ensino, pesquisa e produção de material didático à realidade indígena.

A implantação de um programa educacional para os grupos indígenas não pode se desenvolver sem métodos pedagógicos e literaturas diferenciadas que sejam aplicadas tanto para o ensino de línguas (nativa e português), como para outras disciplinas (matemática, biologia etc).

Com o objetivo de priorizar as questões educacionais indígenas, foi criado, em 17 de março de 1993, o

Comitê de Educação Escolar Indígena, no Ministério da Educação, regulamentado pela Portaria nº 60, de 8 de julho de 1992. Este Comitê deverá contar com a participação de entidades indígenas, instituições governamentais e não-governamentais, universidades, entre outras. É fundamental que os líderes indígenas ocupem seus espaços nas articulações sobre os assuntos educacionais.

Vale ressaltar o exemplo de alguns povos indígenas do México, onde existe o "Centro Editorial em Línguas Indígenas", que se dedica à pesquisa e produção de literaturas indígenas, oferecendo também treinamento para autores indígenas e ainda publica suas produções em diferentes línguas, como em Mixtec, Mixe, Zapotec, entre outras.

"Precioso banco de conhecimentos"

Retomando a preocupação de revalorização das línguas indígenas pela sua importância para a preservação da diversidade lingüística e cultural da Humanidade, Rodrigues explica que "a extinção das línguas amazônicas acarreta, portanto, a perda de um considerável patrimônio humano em termos de experiências cognoscitivas. Preservar as condições de uso das línguas indígenas a par das condições de exercício das atividades culturais tradicionais dos povos que as falam deve ser a diretriz de uma política sábia de aproveitamento inteligente, não predatório, não destruidor da Amazônia. As culturas e as línguas indígenas, em sua grande diversidade, têm de ser vistas como um precioso banco de conhecimentos humanos sobre a interação do homem com o meio ambiente".

Iraguacema Maciel, mestra em lingüística, pesquisadora do CNPq junto ao Departamento de Lingüística e Línguas Estrangeiras da Universidade do Amazonas.

Bibliografia

- Rodrigues, A. Dall'Igna. 1992. Diversidade Lingüística na Amazônia. Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia - SIMDAMAZÔNIA: Anais. Belém, PRODEPA.
- 1986. Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Ed. Loyola.
- Bernard, H. Russel. 1982. Preserving Language: Computer can be a tool for making the survival of languages possible. Cambridge: Cultural Survival Quarterly.
- Hake, Ken. 1992. Endangered Languages in Language, Vol. 68, número 1. Baltimore: Linguistic Society of America.
- Moore, Denny & Storto, Luciana. 1992. Lingüística no Brasil. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. (no prelo).